



# Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalmir de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toffi Colaço Vaz - Eurides Moura - José Tavares da Silva Neto - Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; PST - 8: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; PRN - 04: Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; PFL - 08: Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dufflo Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes PFL e PRN: João Bufon - José da Silva Reis - Volimir Mirão Mais-trovicz; PDT - 08: César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - Suplentes: Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; PTB - 08: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; PSDB - 04: Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - Suplentes: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Lygia Lumina Pupatto - Suplentes: Perides de H. Mello; PL - 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvine Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. Deputados Licenciados: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado da Esporte e Turismo. - (e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1992**  
**(TERÇA FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Ademar Traiano, Albino Corazza, Arlindo Troian, Carlos Simões, César Silvestri, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti e Ovídio Constantino (13).

Verificada a existência de número legal, declaro aberta a presente

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1460**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente, com exclusão da Proposição n° 084/92.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
 Apoioamento: Anibal Khury

**REQUERIMENTO N° 1459**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Osni Bardon, ocorrido no dia 28 de setembro próximo passado, no Município de Tunas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Membro de tradicional família do Município de Tunas, onde gozava de grande prestígio e possuía inúmeras amizades, seu falecimento deixa na comunidade uma lacuna e no seio de sua família uma grande saudade.

**REQUERIMENTO N° 1461**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão, Voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Túlio, pai do ilustre Deputado Algaci Túlio, ocorrido em 30 de setembro próxima passado, em Curitiba.

O extinto tinha 94 anos, era casado com a Senhora Albina Zonato Túlio, deixando dez filhos, destacando-se o já citado Deputado Algaci Túlio, que também é vice-Prefeito da Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(aa) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

NELSON GARCIA

COSTENARO NETO

BASÍLIO ZANUSSO

JOÃO ARRUDA

ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO N° 1465**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, a instalação de telefones da localidade de Butiá, Distrito de Abapan, Município de Castro, Pr.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

**JUSTIFICATIVA:**

A localidade de Butiá, Distrito de Abapan, Município de Castro, é uma comunidade de aproximadamente 1000 habitantes, bem como, é uma região de pujante produção agropecuária, fatos que justificam o presente requerimento e que, se deferido, virá beneficiar a população que lá vive e que de há muito necessitam desse importan-

te meio de comunicação.

#### REQUERIMENTO N° 1457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário e tendo em vista a inexistência de Lei regulamentando o artigo 175 da Constituição Estadual, se digne Vossa Excelência encaminhar expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, para que Sua Excelência informe a esta Casa e via de consequência a este Parlamentar, quais as entidades do setor privado que receberam recursos da SERLOPAR para serem aplicados em projetos de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06/07/87; Decretos 2839/88 e 7021/90) durante o corrente exercício até o mês de setembro próximo passado, especificando a data de entrega dos recursos, seus valores, critérios utilizados, nome dos beneficiários e em que municípios se localizam.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 1463

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei n° 232/92, ao final subscritos, REQUEREM, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, afim de que a mesma se manifeste quanto a proposta do Douto Parlamentar, em obrigar a destinação de 10% da propriedade rural para a produção agrícola.

Sala das Sessões, em 06.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO

EMÍLIA BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e relatora do Projeto de Lei n° 232/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso V, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a fim de que a mesma se manifeste quanto a proposta do douto Parlamentar, em obrigar a destinação de 10% da propriedade rural para a produção agrícola.

Sala das Sessões, em 06.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

EMÍLIA BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do Editorial da "Gazeta do Povo" do dia 05 de outubro/92, publicado em sua 6ª página sob o título: "ORÇAMENTO DISCRIMINA O PARANÁ".

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor do Jornal.

Sala das Sessões, em 06.10.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem sido sistematicamente prejudicado na contrapartida que merece da União, penalizado com a infima transferência de recursos que constitucionalmente o Governo Federal deve repassar às unidades da Federação. O que ocorre com a proposta orçamentária para 1993 é uma repetição. E não apenas o nosso Estado sente a discriminação, mas também a Região Sul. Não existe o reconhecimento, pois na relação entre o que produzimos e transferimos à União, muito baixo é o percentual de retorno. O Editorial do Jornal "Gazeta do Povo", que ora requeremos a transcrição nos Anais da Casa, bem retrata essa posição, mencionando números oficiais incontestáveis. Somente para dar um exemplo do total de Cr\$ 26 trilhões previsto para investimentos, o Sul terá apenas 5,92%, uma quantia irrisória se comparada com outras Regiões (Sudeste 43% e Nordeste 18%), levando-se em consideração a nossa contribuição para o País em produção e em arrecadação.

O referido Editorial é um alerta para que as classes representativas do Paraná tomem uma posição, pois a proposta orçamentária vai ser discutida no Congresso Nacional e ainda há possibilidade para se modificar alguns itens. A manifestação do Jornal "Gazeta do Povo" é uma prova de que esse importante órgão da nossa Imprensa está sempre atento na defesa dos direitos incontestes do Paraná. Por isso, ao mesmo tempo em que cumprimentamos o Diretor do Jornal, Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, recomendamos a aprovação requerida, para que maior repercussão possa alcançar, gerando motivação de todos os paranaenses.

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 267/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTA-

**ÇÃO AO MENOR - CAOM**, com sede e foro na cidade de Cascavel, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.92.

(a) EMILIA BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Orientação ao Menor - CAOM, que tem por finalidade a busca de emancipação pessoal e social de crianças e adolescentes desamparados, de até 18 anos, através da educação pelo trabalho, encaminhando-os para a profissionalização e ainda para uma maior integração sócio-familiar e comunitária.

Os programas desenvolvidos para atingir os objetivos estatutários encontram-se em plena atividade, conforme descreve o relatório de atividades em anexo.

Diante do exposto, acreditamos que para a entidade, ser declarada de Utilidade Pública, é condição primordial para a sua sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, sejam apreciadas englobadamente, com exclusão da Proposição nº 084/92. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 080/92, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 152/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/92, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à Legislação de Trânsito deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN, como receita própria da autarquia. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 196/92

Curitiba, terça, em 06.10.92

Curitiba, 16 de julho de 1992.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 204/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 152/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as multas aplicadas por infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas na proporção de 50% aos municípios onde ocorrerem as modificações, 40% ao DETRAN/PR como receita própria da Autarquia e 10% para programas de assistência ao menor, desenvolvidos pela Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR. O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições do art. 1º e de seu parágrafo único, cuja redação decorre de Emenda dessa augusta Casa de Leis.

Na proposição original encaminhada a essa Assembléia Legislativa através da Mensagem nº 37/92, de 21 de maio próximo passado, a redação dos ora vetados art. 1º e parágrafo único previa que o produto das multas por infrações à legislação de trânsito deveria ser recolhido diretamente ao DETRAN/PR e que tais recursos seriam mensalmente depositados, no Banco do Estado do Paraná, à conta do Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, fundo este que, conforme legislação específica, tem os referidos recursos arrolados como componentes de sua receita. Com base em tal legislação as verbas do FUNRESTRAN são divididas atualmente entre o Departamento de Trânsito (40%) e Polícia Militar do Estado (60%), ressaltando-se que, por força das Leis nºs 7.812, de 29 de dezembro de 1983 (art.4º) e 8.065, de 26 de dezembro de 1984, o DETRAN repassa à FASPAR, para programas de assistência ao menor, 10% dos valores das taxas arrecadadas pela prestação de seus serviços.

Pelo exposto constata-se que, se não fosse apostado o presente veto parcial ao Projeto de Lei em epígrafe, a grande prejudicada seria a Polícia Militar do Estado, que teria os recursos para seu requerimento transferidos aos Municípios, fato que, sem a menor sombra de dúvida, viria ferir e afrontar os superiores interesses da Administração e da Coletividade, pelos sérios e desastrosos impactos às ações da segurança pública prestadas pela PMEPR, por uma totalmente injustificada transferência de seus recursos aos municípios, estes que muito pouco ou quase nada atuam na área da segurança pública. A redução de verbas à segurança pública significa, na

atual conjuntura, uma verdadeira agressão aos interesses fundamentais da população paranaense, eis que, apesar do grande esforço do Governo em dotar essa importante atividade das necessárias consignações orçamentárias, tal setor, a rigor, demanda, ainda, um maior volume de recursos.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 152/92

PARECER:

Oriundo do Ofício nº DTL/SAT 196/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 080/92, aposto ao Projeto de Lei nº 152/92, de autoria do Poder Executivo que dispõe que as multas aplicadas em razão de infração à Legislação de Trânsito deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN, como receita própria da autarquia.

O veto foi aposto dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 083/92, Veto ao Projeto de Lei nº 352/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 225/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 180/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 352/91 por julgá-lo inconstitucional e, também, pela forma em que está posto, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo gerar a obrigatoriedade da instalação de cintos de segurança

nos ônibus em circulação nas rodovias intermunicipais e estaduais em território paranaense, estabelecendo prazo de 90 dias às empresas para a adoção de tais providências, bem como sanções pelo não cumprimento da pretensa lei, determinando, ainda, prazo de 60 dias para sua regulamentação.

Embora se reconheça a louvável preocupação do Autor, a medida não pôde merecer acolhimento, preliminarmente, face à indiscutível inconstitucionalidade de que se reveste, pois, legislar sobre trânsito e transporte é competência privativa da União, conforme preceitos contidos no art. 22, inciso XI da Magna Carta Federal. Quanto à proposta contida no Plano de Lei em referência, o Código Nacional de Trânsito, em seu art. 37, é bastante elucidativo ao preceituar que: "Nenhum veículo poderá ser licenciado ou registrado, nem poderá transitar em via terrestre, sem que ofereça completa segurança e esteja devidamente equipado, nos termos deste Código e de seu Regulamento". O § 2º do citado artigo determina que os equipamentos obrigatórios dos veículos serão determinados pelo Conselho Nacional de Trânsito, e as regras que efetivam tal disposição estão contidas na Resolução nº 658/85 do CONTRAN, que, em momento algum, faz referência à obrigatoriedade de cintos de segurança em ônibus que transportem passageiros por quaisquer rodovias. Logo, há de se convir que ao Estado é vedado legislar sobre tal assunto.

Outro aspecto a ser considerado refere-se a impossibilidade da aplicação da medida, caso transformada em lei, pois os veículos que operam em algumas linhas de longa distância, como, por exemplo, Curitiba a Foz do Iguaçu, estariam isentos da obrigatoriedade, vez que todo trajeto é feito através de rodovia federal (BR-277), cuja classificação foge à alçada do Projeto. Por outro lado ainda, conforme informações do DETRAN, além das linhas metropolitanas, existem outras, com percurso de até 75 km, em que é permitido o transporte de passageiros em pé, fator que, decisivamente, impede o uso do cinto de segurança.

Há que se ressaltar, também, o fato de que o Projeto faz referência exclusivamente aos ônibus que circulam em rodovias intermunicipais e estaduais do território paranaense. Neste particular cumpre esclarecer que não existe a nomenclatura de rodovias intermunicipais no Sistema Rodoviário Estadual, e sim, rodovias estaduais e federais, como bem esclarece a Secretaria dos Transportes em sua informação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 352/91, foi publicado no D.A. n° 99 de 29.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 352/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT 225/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto em epígrafe, de autoria do Dep. Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 085/92, Veto ao Projeto de Lei n° 053/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a anuir em ratificação de instituição de usufruto, em favor da Fundação João XXIII e dá outras providências. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 227/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 166/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 053/92, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a anuir e ratificar a instituição de usufruto, efetuado pela Sociedade Beneficente das Senhoras Sfrío Libanesas do Paraná, em favor da Fundação João XXIII, sobre imóvel doado a primeira, situado em Campo Largo, conforme escritura pública, averbada à margem da matrícula n° 8.346, de 11.03.91, para fins de implantação de Obra de Assistência Social, na forma mencionada no parágrafo único do art. 2° da Lei n° 7.335, de 16.06.80. Visa autorizar, ainda, o Poder Executivo a anuir na concessão gratuita de direito real de uso, que o Município de Campo Largo fez ao cidadão Manoel Pedro Vidal, morador naquela localidade, sobre um imóvel com

4.394,24 m<sup>2</sup> de área, e contendo uma casa de madeira com 96,00 m<sup>2</sup>.

A negativa de sanção ao Projeto substancia-se em informação da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, que aponta dois fatores de impedimento, insuperáveis para seu acolhimento. O primeiro refere-se às disposições contidas em seu art. 1° que visam a regularização do usufruto acima citado. Não há como acatar tal dispositivo, face às condições resolutivas que a Lei n° 7.335, de 16.06.80, impôs sobre a doação do questionado imóvel à Sociedade Beneficente das Senhoras Libanesas do Paraná, gravando-a com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, vinculando ainda sua utilização a finalidade específica, qual seja, a implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, com prazo estabelecido em 10 anos para sua efetiva conclusão, não podendo em tempo algum, e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de, em qualquer dos casos, reverter ao patrimônio do Estado. O referido prazo, de 10 anos, expirou em 07.04.92, sem que a donatária desse cumprimento à obrigação contraída nos termos da Lei de doação, além do que, e mais grave ainda, o fato de ter efetuado instituição de usufruto em favor de outra entidade, sem prévia anuência do Estado.

O art. 2° do Projeto em referência não pode merecer acolhimento em razão de visar a regularização de uma ocupação considerada ilegítima sobre área doada pelo Estado ao Município. Tal dispositivo é o que propõe a anuência do Poder Executivo Estadual na concessão de direito real de uso, gratuita, que o Município fez ao cidadão Manoel Pedro Vidal, sobre o imóvel inicialmente descrito. Quanto à matéria disciplinada neste artigo, há controvérsia entre a justificativa do Projeto, e a informação da Coordenadoria do Patrimônio do Estado. Em sua justificativa o autor assevera que o imóvel em questão vem sendo ocupado, há mais de vinte anos, como moradia e lavouira de subsistência do referido senhor. A C.P.E. informa que à época em que efetivou-se a doação ao Município havia apenas um legítimo ocupante, o Senhor Amaro Roseira do Nascimento, cujo resguardo de direitos ficou expresso na respectiva escritura.

Diante das razões explicitadas, entende a Administração que as anuências previstas no Projeto de Lei em referência não devem ser concedidas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO



Governador do Estado  
(O Projeto de Lei n° 053/92 foi publicado no D.A. n° 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 053/92

P A R E C E R:  
A Proposição de Veto n° 85/92 ao Projeto de Lei n° 053/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin.

O Veto Governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo serem apreciados pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 089/92, Veto ao Projeto de Lei n° 056/92, de autoria do Deputado Renato Adyr, que faculta matrícula antecipada à 1.ª série do 1º grau, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 236/92

Curitiba, 02 de setembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 209/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto pelo § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 56/92, por julgá-lo, pela forma em que está posto, contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo facultar a matrícula escolar nas primeiras séries do ensino regular às crianças que vierem a completar seis anos de idade até a data oficialmente determinada pelas mantenedoras para o início das aulas do estabelecimento.

A negativa de sanção ao Plano de lei em exame decorre, preliminarmente, de informação da Secretaria de Estado da Educação, através da qual àquela Pasta se manifesta contrariamente ao Projeto, tendo em vista que a matéria ali versada já se encontra devidamente regulamentada através da Deliberação n° 17/89, do Conselho Estadual de Educação, que é, conforme determina a Lei Federal 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus - o órgão competente para disciplinar tal assunto.

Além do mais, dois aspectos relevantes devem ser considerados no caso. O primeiro diz respeito à disponibilidade de vagas

nos cursos de 1º Grau. Caso fosse o questionado Projeto transformado em lei, pela sanção, a demanda de matrículas nas primeiras séries seria de tal vulto que a Rede Oficial de Ensino não teria a menor possibilidade de dar-lhe suprimento, a não ser através da ampliação de toda a rede física escolar do Estado, o que seria totalmente inviável a curto prazo.

O segundo aspecto, e talvez o mais importante, é o atinente às disposições da mencionada Lei n° 5.692 que impõe a idade mínima de 7 anos completos para a matrícula na 1.ª série do ensino de 1º Grau regular, atribuindo aos Conselhos Estaduais de Educação competência para adequar suas peculiaridades locais aos parâmetros nela estabelecidos, resultando daí a referida Deliberação n° 17/89 do Conselho, que excepciona os casos e as condições em que poderá haver matrícula aos 6 anos de idade e que atende amplamente as pretensões contidas no Projeto de Lei em epígrafe.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 56/92, foi publicado no D.A. n° 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 056/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT 236/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 089/92, aposto ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Renato Adyr, que faculta matrícula antecipada à 1.ª série do 1º Grau, conforme especifica.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à Votação, o Senhor 1º Secretário fará a Chamada Nominal dos Senhores Deputados para o processo de Votação.

A Mesa comunica ao Plenário que está em visita a esta Casa, que é a sua Casa, o Deputado Algaci Túlio, Prefeito de Curitiba, um dos grandes vitoriosos desta campanha.

Suspendo a Sessão por 5 minutos para

que os Senhores Deputados possam cumprimentá-lo.

Reaberta a Sessão.

Ao ser chamado pelo Senhor 1º Secretário o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos onde receberá a sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário, a seguir dirigir-se à cabine indevassável, em cujo interior encontrará a cédula de votação contendo as expressões sim e não. Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão sim; os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão não. O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Termina de proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 35 (trinta e cinco) Senhores Deputados votaram.

Designo uma comissão escrutinadora composta pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães e Orlando Pessuti.

Votaram 35 (trinta e cinco) Senhores Deputados: pela manutenção do VETO - 13; pela rejeição do VETO - 17; brancos - 05. Estão REJEITADOS os projetos e mantidos os VETOS.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/92, veto ao Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. Com relatório da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Retirado.**

OF/DTL/SAT Nº 226/92

Curitiba, 21 de julho de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 163/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 393/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a "Suspensão do pagamento de água, esgoto e luz aos trabalhadores desempregados".

O Projeto de Lei em epígrafe, embora

se reconheça a louvável preocupação de seus autores, não pode receber acolhimento porque, conforme análise procedida pelos órgãos a que a matéria está afeta, foi considerado inexecutável e, portanto, contrário ao interesse público. É que, no caso das tarifas pelo fornecimento de energia elétrica, a definição de seus custos, classes de usuários, as condições e prazos de atendimento e de pagamento e sanções por inadimplência, são definidos pelo Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no qual consta, inclusive, dispositivos que expressamente veda qualquer discriminação entre consumidores da mesma classe. Esta vedação estaria sendo descumprida em relação aos consumidores da classe residencial, caso o presente projeto fosse transformado em lei.

Por outro lado, no que respeita à suspensão do pagamento das tarifas de água e de esgoto, a SANEPAR, examinando a matéria asseverou que a "suspensão, mesmo que temporária, do pagamento das tarifas de água/esgoto, aos usuários desempregados não pode ser concedida em face da existência de um critério de cobrança eficiente e seguro pela aplicação de uma tarifa reduzida já adotada pela SANEPAR, a qual é mais vantajosa para o próprio usuário inscrito no Cadastro Social, que em contraprestação aos serviços que recebe paga uma tarifa mínima especial, compatível com a renda familiar mensal". Disse, ainda, aquela Companhia, que a "Suspensão do pagamento das faturas de água/esgoto aos usuários desempregados não assegura o pagamento futuro das contas vencidas e não pagas. Situação que estimulará a inadimplência e colocará em risco a Estrutura Tarifária da Companhia, comprometendo a prestação contínua, eficiente e segura dos serviços públicos de água/esgoto. Objetivos maiores do Estado previstos na Constituição Estadual (Art. 1º Inciso IV); que com a conversão do Projeto em Lei, poderão ser inviabilizados, com manifesto prejuízo ao "interesse público", ante a intervenção na liberdade de escolha e de prática dos atos administrativos, segundo os critérios de oportunidade e conveniência da Administração".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 393/91, foi publicado no DA. nº 109, de 04.09.91).

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 84/92



VETO INTEGRAL APOSTO AO  
PROJETO DE LEI N° 393/91

Procedemos a análise no âmbito desta Comissão Técnica do veto integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 393/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos trabalhadores desempregados residentes no Estado do Paraná.

O veto governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo entretanto ao Plenário, a apreciação sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

ARLINDO TROIAN

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 1461, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães. Com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Costenaro Neto, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1459, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1458, de autoria do Senhor Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1457, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1465, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 038/92, 199/92, 237/92.

Levanta-se a sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 1992.

"Orçamento discrimina o Paraná.

Gazeta do Povo.

Poderá repetir-se este ano uma discriminação contra o Paraná, quanto à distribuição de recursos federais aos estados, através do Orçamento Geral da União. Nas Notas Políticas da edição de ontem advertiram que as lideranças paranaenses devem voltar suas atenções para a proposta que tramita no Congresso Nacional e que revela como o Sul está sendo privado de verbas em favor de outras regiões do país.

De acordo com a proposta elaborada pelo Executivo, é preocupante o critério posto em prática. Do total de Cr\$ 26 trilhões destinados a investimento, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vão receber o equivalente a 5,92%. A região Sudeste ficará com 43,2%, o Nordeste com 18,3% e o Norte com 6,59%. Somente o Centro-Oeste está abaixo da região Sul em matéria de distribuição orçamentária para investimentos, com 4,3%.

Aí estão os números mostrando que a nossa representação política regional nas casas do Congresso precisa atuar rápida e eficazmente para corrigir uma situação que não corresponde ao trabalho dos paranaenses, gaúchos e catarinenses em favor do desenvolvimento nacional. Já no ano passado, a Gazeta do Povo teve oportunidade de trazer ao conhecimento da opinião pública as discriminações orçamentárias em detrimento da região Sul, especialmente do Paraná, o que possibilitou ação de senadores e deputados federais para corrigir essa intolerável atuação de escalões administrativos que insistem em negar ao nosso estado e aos nossos vizinhos a retribuição pela grande parcela que damos à União para formação do conjunto de recursos federais.

Aos nossos argumentos em favor da revisão imediata da Proposta de Orçamento podemos acrescentar o veemente pronunciamento público do governo do estado do Rio Grande e do Conselho Estadual de Desenvolvimento, mostrando que do total dos recursos nos Orçamentos da Seguridade e Fiscal foram destinados ao Rio Grande do Sul tão somente US\$ 55,4 milhões. Estes recursos equivalem a 0,75% dos investimentos desses dois orçamentos. Um documento tornado público pelo governador Alceu Collares compara que a Bahia recebeu 3,82% dos investimentos, isto é, 5,09 vezes que o Rio Grande, e o estado de Pernambuco, 2,19%, vale dizer 3 vezes mais que o Rio Grande do Sul.

Comparada à distribuição de recursos federais por habitante, para 1993, previstos no Orçamento Geral da União, Minas Gerais terá US\$ 25,14/hab, a Bahia US\$ 24,2/hab, Pernambuco US\$ 21,92/hab e o Rio Grande do Sul US\$ 6,05/hab. No orçamento das estatais estão previstos ao Rio Grande do Sul recursos da ordem de US\$ 25,5 milhões, sendo que para a Usina do Jacuí I tão somente US\$ 6,02 milhões, enquanto para a Usina de Xingó, que está sendo construída no Nordeste, destinam-se US\$ 646,5 milhões.

Esses números demonstram que o Orçamento Público, que deve ser utilizado como mecanismo para a melhor distribuição de renda no país, está realizando transferências interregionais sem critério, como é o caso dos investimentos previstos na atual proposta orçamentária. Não foram tornados públicos os comparativos com relação ao Paraná, mas os referentes ao Rio Grande do Sul já evidenciam como a região está sendo tratada.

Cabe mencionar que programas e projetos foram cortados totalmente na proposta do Executivo, como é o caso do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores Rurais no estado do Mato Grosso do Sul, integrante da Região Centro-Oeste, para o qual estavam previstos recursos de US\$ 6,1 milhões para o ano de 1993.

No orçamento para este ano, o Paraná foi o último colocado, no valor "per capita". O estado recebeu Cr\$ 2.734 mil por habitante. Para a região Sul, o valor "per capita" também foi o menor, embora o Rio Grande do Sul e Santa Catarina recebessem o dobro do Paraná. As regiões Sudeste e Sul ficaram em último lugar no recebimento de verbas, tendo, reunidas, uma população superior a 88 milhões de habitantes - mais da metade do total da população do país. A região Sul, com 15% da população brasileira, recebeu apenas 4% do orçamento.

O governo do Rio Grande do Sul está alertando a Nação contra essa discriminação que descapitaliza e empobrece os estados meridionais. O Paraná soma-se aos esforços para corrigir as desigualdades existentes no Brasil, sem, contudo, admitir injustiças como as que estão ocorrendo com a proposta orçamentária. É chegado o momento para que a representação paranaense no Congresso Nacional possa empenhar-se no sentido de corrigir uma discriminação que cria dificuldades ao desenvolvimento do nosso estado e não corresponde ao nosso trabalho em favor do País.

#### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 282/92  
exonerar, a pedido, MOISÉS RICARDO COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de setembro de 1992.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 283/92

I - exonerar, a pedido, WELLINGTON DE SOUZA CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de setembro de 1992;

II - exonerar, a pedido, SALETE MARIA DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de setembro de 1992;

III - prover, SALETE MARIA DE CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de setembro de 1992;

IV - prover, ELIANA MARIA COSTA GARIB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de setembro de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 284/92  
prover, NARCISO JÚLIO DOS REIS ASSUMPÇÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal, a partir de 1° de agosto de 1992.  
(Prot. n° 6712)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 285/92

I - exonerar, a pedido, DIRCE BUFFARA DE CAMARGO VIANNA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1° de setembro de 1992;

II - prover, DIRCE BUFFARA DE CAMARGO VIANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1° de setembro de 1992.

(Prot. n° 6713)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 286/92

I - exonerar, a pedido, DALVA WEINERT NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de setembro de 1992;

II - prover, HUGO WEINERT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de setembro de 1992;

III - autorizar HUGO WEINERT, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de setembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 6921)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 287/92

I - exonerar, a pedido, FABIO ADRIANO PORTUGAL LINO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, SIRINEU ZANCHI MEDEIROS DE WITT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1992;

III - exonerar, a pedido, MONICA MARIA MITTER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1992;

IV - prover, EVANDRO JOECI BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 6923)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.09.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 288/92

I - exonerar, a pedido, MARIA SANTINA CERA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, LINDALVA MARIA DE MOURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 6946)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 289/92

I - exonerar, a pedido, MARIA EMÍLIA CARDOSO BIATO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, RODOLFO CARLOS BALIELO ROSSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 6973)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.09.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 290/92

I - exonerar, a pedido, FABIANO VICENTE VENETE ELIAS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, IRECE TADEU FRANCO BORDENOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de setembro de 1992;

III - autorizar IRECE TADEU FRANCO BORDENOSKI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 7009)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.09.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 291/92

I - exonerar, a pedido, LAZARA SIMÕES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, VILMA PEREIRA DE MENDONÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 7026)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 292/92

I - exonerar, a pedido, MARIA ESTELA SIMÕES PINHEIRO LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - exonerar, a pedido OSWALDO TONELLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de setembro de 1992;

III - prover, OSWALDO TONELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 7027)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.09.92.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 293/92

I - exonerar, a pedido, RICARDO NEY DOURADO BLOC, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, BENEDITO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 7033)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 294/92

I - exonerar, a pedido, ELIZETE KERTISCHKA BATISTA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 7037)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 295/92

I - exonerar, a pedido, ROSANGELA APARECIDA FARIA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de setembro de 1992;

II - prover, GILBERTO OSÓRIO REZENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de setembro de 1992.

(Prot. nº 7048)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 296/92

I - exonerar, a pedido VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de setembro de 1992;

II - exonerar, a pedido, FRANCISCA GREGÓRIO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de setembro de 1992;

III - prover, FRANCISCA GREGÓRIO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de setembro de 1992;

IV - exonerar, a pedido, MÁRIO LUIZ DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de setembro de 1992;

V - prover, VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1° de setembro de 1992;

VI - autorizar VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de setembro de 1992, de acordo com o art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7059)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 297/92

I - exonerar, a pedido, Ismael Batista de Lima, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de setembro de 1992;

II - exonerar, a pedido, Gisele Cristiani Luciano de Oliveira, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de setembro de 1992;

III - prover, Gisele Cristiani Luciano de Oliveira, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de setembro de 1992;

IV - prover, Paulo Falavinha Iensen, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de setembro de 1992.

(Protoc. n° 7087)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 298/92

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor MIGUEL DINIZO, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 17 de setembro do corrente ano, na Cidade de Cambará-PR;

CONSIDERANDO - a importância das con-

tribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira de homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

Artigo Único - A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento do ilustre Senhor MIGUEL DINIZO.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 299/92

aposentar, a pedido, LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES, matrícula n° 232, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" e § 5°, da Constituição Estadual, e Art. 140, inciso III e § 3°, da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao cargo de Secretário de Estado, acrescidos de dois (02) triênios de acordo com o Art. 4° e § 1°, da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; um (01) quinquênio de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei n° 6174/70, e Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, e Proposições n°s 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando nesta data em proventos mensais no valor de Cr\$ 10.350.000,00 (dez milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros), correspondendo ao montante anual no valor de Cr\$ 124.200.000,00 (cento e vinte e quatro milhões e duzentos mil cruzeiros).

(Prot. n° 9890)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 300/92

conceder aposentadoria, a pedido, a Gabriel Brotto, matrícula n° 335, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "b", da Constituição Estadual, e Art. 140, inciso I da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo; cinco (5) triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (5) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174/70; um (01) adicional de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal Proposições n°s 7894/91 e 4347/92, do Tribunal

de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.466.935,64 (um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros e sessenta e quatro centavos), mensais e um total anual de Cr\$ 17.603.277,68 (dezesseite milhões, seiscentos e três mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 301/92  
conceder aposentadoria, a pedido, a Mário Augusto Guerra, matrícula nº 170, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, e Art. 140, inciso I, da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal, e Proposições nº 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.792.216,43 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e dezesseis cruzeiros e quarenta e três centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 21.506.597,16 (vinte e um milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e dezesseis centavos).  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.09.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 303/92  
I - prover, Maria Zilda Pereira Kaminski, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de setembro de 1992.  
II - autorizar Maria Zilda Pereira Kaminski, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 304/92

exonerar, a pedido, Amélia Sarquissiano Berbetz, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de outubro de 1992.

Palácio, "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 305/92

I - prover, VILMA DA GRAÇA TIZON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de outubro de 1992;

II - autorizar VILMA DA GRAÇA TIZON, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 306/92

I - exonerar, a pedido, SENS GIDIONE HENRIQUE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de outubro de 1992;

II - exonerar, a pedido, PAULO CEZAR LORENZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de outubro de 1992;

III - prover, PAULO CEZAR LORENZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de outubro de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.92.

ANIBAL KHURY - Presidente;

JOÃO ARRUDA - 1º Secretário;

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2º Secretário.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se, na sala de reunião das comissões, às 10:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Nelson Garcia, para realizar a 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

# ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, às 16:00 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, João Iensen e Nelson Garcia. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 233/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 320/92-K. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 234/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 090/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 240/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 65/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 242/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 96/92. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 244/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 1395/92. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 245/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 247/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 69/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 249/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Relator Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### 12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos vinte dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se, na sala de reunião das comissões, às 10:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia e João Iensen, para realizar a 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presi-

dente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### 12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Hermas Brandão, Toti Colaço, Antônio Costenaro Neto, Lourenço Fregonese, Plauto Guimarães. É verificado o número legal, aberta a sessão e colocada a ata da sessão anterior em votação e discussão - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 242/92 do Tribunal de Justiça. Parecer CONTRÁRIO à Emenda, do Deputado Hermas Brandão. - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 249/92 do Tribunal de Contas do Paraná. Parecer CONTRÁRIO à Emenda, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 245/92 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Parecer FAVORÁVEL à Emenda nº 1 e CONTRÁRIO à Emenda nº 2 - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 204/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 223/92 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 253/92 de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 237/92 de autoria da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 38/92 do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 238/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 248/92 do Poder Executivo. O Deputado Relator, requer informações com relação à creche e à Justiça do Trabalho - DEFERIDO; 11) Proposição Veto nº 89/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária